

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 107.960 - BA (2019/0033671-6)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : MOISES DIAS JUNIOR (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por MOISES DIAS JUNIOR contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia que denegou a ordem no HC n.º 8023174-57.2018.8.05.0000.

Consta dos autos que o Paciente, preso em flagrante no dia 12/03/2017, teve sua prisão preventiva decretada em 14/03/2017 pela suposta prática do crime previsto no art. 121, § 2.º, incisos II e IV, do Código Penal, por "*ter golpeado a vítima com uma faca que trazia em sua cintura, ferindo-lhe uma vez no rosto e duas vezes nas costas, porque a vítima estaria dando em cima de sua mulher*" (fl. 99).

A Denúncia foi recebida em 11/04/2017 (fl. 56).

O Paciente, em 06/09/2017, foi pronunciado como incurso no art. 121, § 2.º, incisos II e IV, c.c o art. 14, inciso II, do Código Penal.

Contra a sentença de pronúncia, foi interposto recurso em sentido estrito, que foi desprovido pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

Posteriormente, a Defesa ainda impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal estadual, alegando excesso de prazo na conclusão da instrução criminal. A ordem foi denegada em acórdão assim sumariado (fls. 99-112; sem grifo no original):

"HABEAS CORPUS - 121, § 2", INCISOS II E IV DO CÓDIGO PENAL - ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO - HABEAS CORPUS DENEGADO.

I - O paciente foi pronunciado pela prática do delito descrito no art. 121, § 2º, II e IV do Código Penal Brasileiro, acusado de ter golpeado a vítima com uma faca que trazia em sua cintura, ferindo-lhe uma vez no rosto e duas vezes nas costas, porque a vítima estaria dando em cima de sua mulher. Afirmou a impetração que a prisão ocorreu em 12 de março do ano de 2017.

II - No que se refere à alegação de excesso de prazo, é cediço que não pode haver reconhecimento de excesso de prazo quando a demora na tramitação do feito restar justificada pelas suas peculiaridades, tais como a complexidade dos fatos e a pluralidade de réus, que exigem procedimentos múltiplos. Na presente hipótese, houve

necessidade de expedição de carta precatória para citar o réu, além da interposição de recurso em sentido estrito, fatos que alongaram a instrução do feito, contudo, a autoridade apontada como coatora noticiou que iniciou os preparativos formais para a realização da Sessão de Julgamento pelo Tribunal do Júri.

III - Releva anotar que reiteradamente se tem decidido que "a verificação da ocorrência de excesso de prazo para formação da culpa não decorre da simples soma dos prazos processuais, devendo ser examinadas as peculiaridades de cada caso, sempre observado o princípio da razoabilidade" (STJ, HC 54.954/SP, rel. Min. Ericson Marinho (Desembargador convocado do TJ/SP), j. 22-9-2015)."

Daí o presente recurso ordinário, em que se alega, em suma, excesso de prazo na formação da culpa, pois o Recorrente encontra-se preso desde o dia 12/03/2017, sem julgamento pelo Tribunal do Júri, em desacordo com o previsto no art. 412 do Código de Processo Penal.

Afirma que "já transcorreram mais de 600 (seiscentos) dias desde a sua prisão, sem que se tenha previsão da data a ser designada a sessão do Tribunal do Júri. O que demonstra o excesso de prazo que incide no presente caso, configurando uma verdadeira antecipação executória da própria sanção penal" (fl. 94).

Requer, liminarmente e no mérito, o relaxamento da prisão por excesso de prazo, expedindo-se o competente alvará de soltura, "a fim de que o mesmo possa ser posto em liberdade, com as medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal" (fl. 95).

É o relatório.

Decido o pedido urgente.

O acórdão impugnado está assim fundamentado (fl. 110; sem grifos no original):

"II - A autoridade impetrada disse nas informações que o paciente foi denunciado como incurso nas penas do artigo 121, §r, incisos II e IV do Código Penal, sendo pronunciado em 06 de setembro de 2017, tendo ocorrido interposição de Recurso em Sentido com autos encaminhados para esta Corte em 10 de novembro de 2017, tendo sido negado provimento ao recurso em 19 de junho do ano em curso.

Noticiou que os autos foram recebidos naquele Juízo em 24 de setembro de 2018, iniciando-se os preparativos formais para a realização da Sessão de Julgamento pelo Tribunal do Júri.

No que se refere à alegação de excesso de prazo, destaque-se que a autoridade impetrada informou que designará data para realização

de julgamento pelo Tribunal do Júri, já tendo iniciado as formalidades para tanto.

*É cediço que não pode haver reconhecimento de excesso de prazo quando a demora na tramitação do feito restar justificada pelas suas peculiaridades, tais como **a complexidade dos fatos e a pluralidade de réus, que exigem procedimentos múltiplos, como no caso.***"

Não verifico, *primo ictu oculi*, demora injustificada, tampouco desídia estatal na condução do feito, pois, conforme informações acostadas aos autos, há particularidades que justificam certo atraso, evidenciada pela complexidade do caso e pluralidade dos réus. Ademais, cumpre-se registrar que os autos retornaram ao Juízo de origem no dia 24/09/2018, bem como já foram iniciadas as formalidades para realização da sessão de julgamento pelo Tribunal do Júri da Comarca de Ibicaraí/BA.

A propósito, a orientação consolidada do Superior Tribunal de Justiça é de que *"a questão do excesso de prazo na formação da culpa não se esgota na simples verificação aritmética dos prazos previstos na lei processual, devendo ser analisada à luz do princípio da razoabilidade, segundo as circunstâncias detalhadas de cada caso concreto"* (HC 398.067/BA, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 13/06/2017, DJe 23/06/2017.)

Concluo, desse modo, que o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável neste juízo preliminar, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, especialmente sobre o estágio atual do processo-crime, esclarecendo se há data prevista para a realização da sessão de julgamento pelo Tribunal do Júri, as quais deverão vir acompanhadas da chave de acesso às informações processuais, se for necessária.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora

